

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governo e ANP debatem redução da presença da Petrobras no gás.....	2
Título: Aneel defende articulação para reduzir custos de energia	4
Título: 'Foco do BNDES será em infraestrutura'.....	5
Título: Destaques.....	13
Título: Profissionais do setor privado vão compor conselho da Cemig.....	14
Título: Curtas.....	16
Título: Brasil é destaque no plano de crescimento da Aker.....	17
Título: GE vende por US\$ 21 bilhões unidade de ciências da vida.....	19
Título: Projeto no Paraguai incentiva biodiesel	21
Título: Petros negocia venda de um terço da carteira de FIPs.....	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: ANDAR DE CIMA.....	25
Título: ANP vai investigar vazamento de óleo em plataforma da Petrobras.....	25
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: A estreita via da saída pacífica.....	26
Título: O edital fora dos trilhos	28
Título: Governadores querem fatia do megaleilão de R\$ 100 bi	30

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/02/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Governo e ANP debatem redução da presença da Petrobras no gás**

O governo federal, a Petrobras e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) iniciaram conversas, embora ainda preliminares, sobre a implementação de um amplo programa de abertura do mercado de gás natural no país. Dentre as propostas colocadas na mesa, estão medidas para forçar a petroleira estatal a se desfazer de todos os seus ativos de transporte e distribuição, além de reduzir sua participação na comercialização.

O **Valor** apurou que a desverticalização do setor de gás entrou na pauta de um encontro entre lideranças do alto escalão do governo e da Petrobras, na sexta-feira (22), no Rio de Janeiro. Um time de consultores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi convidado a apresentar um esboço inicial de quais seriam as medidas necessárias para abrir o setor. Dentre outras propostas, o grupo sugere que a Petrobras assine um termo de conduta com a ANP e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), comprometendo-se a vender as fatias que ainda detém nos gasodutos e distribuidoras.

A companhia possui, atualmente, 51% na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG); 100% na Transportadora Associada de Gás (TAG), que está em processo de desinvestimento; 10% da Nova Transportadora do Sudeste (NTS); e 25% na Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB), que atua na fronteira com a Argentina. Já na área de distribuição, a estatal detém 51% da Gaspetro, empresa que possui participação acionária em 19 distribuidoras estaduais de gás canalizado.

Além disso, pela proposta apresentada, a Petrobras se comprometeria a reduzir sua participação na comercialização do gás no mercado nacional, por meio de um programa de "gas release" (liberação de gás) - iniciativa de desverticalização na qual o agente dominante é obrigado a ceder contratos de venda de gás (e capacidades de transporte nos gasodutos) para concorrentes. O objetivo é que, no médio e no longo prazos, a Petrobras não tenha uma participação de mercado superior a 50%.

Atualmente, a companhia responde por cerca de 75% do gás produzido no país. Na prática, contudo, ela é praticamente a única fornecedora relevante do mercado, já que petroleiras como Shell, Repsol e Petrogal, sócias da estatal nos

campos do pré-sal, vendem suas parcelas para a própria Petrobras, a preços baixos, porque enxergam dificuldades no acesso ao mercado consumidor.

As propostas estão sintonizadas com o que pensa a ANP. Em janeiro, o órgão regulador enviou ao Cade uma nota técnica analisando uma série de medidas necessárias para a promoção da concorrência na indústria de gás. Na ocasião, defendeu que a implementação do "gas release" poderia desempenhar um papel de dinamizador do processo de concorrência, especialmente nas etapas iniciais de abertura do mercado. O sistema já foi adotado no Reino Unido, nos anos 1990, com o objetivo de reduzir a fatia de mercado da BG, e replicado na Espanha e Itália na década de 2000.

"A partir da experiência internacional propõe-se que a ANP fique encarregada de definir o prazo e a forma de aplicação de programas de 'gas release' a ser conduzido pelo agente incumbente, os quais podem incluir a previsão de liberação de capacidade de transporte por parte do agente dominante", afirmou a ANP, na nota técnica.

A agência também defendeu uma mudança estrutural no setor de distribuição, por meio de uma desverticalização que não permita ao produtor e ao comercializador deter participação acionária nas concessões estaduais de gás canalizado.

O órgão regulador também propôs, no documento, reduzir paulatinamente as exigências para migração de consumidores cativos para o mercado livre de gás. A regulação do assunto é estadual e cada Estado possui regras próprias. Os consumidores reclamam que, em alguns casos, as exigências para a migração são restritivas.

Nesse sentido, uma das ideias levantadas pelos consultores seria propor a renovação antecipada dos contratos de concessão das distribuidoras privatizadas a começar pelo Rio e São Paulo. Em troca, seriam adotadas nessas concessões regras tarifárias mais favoráveis à migração do ambiente cativo para o livre.

As conversas sobre a abertura do mercado de gás começaram a ganhar corpo nas últimas semanas. Neste mês, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, se reuniu ao menos duas vezes com representantes da FGV, para discutir o marco regulatório do gás. Na sexta-feira, houve então uma reunião entre diversas lideranças do governo e da Petrobras, no Rio, para tratar, dentre outros assuntos, da abertura do mercado de gás. No encontro, estavam presentes, além de Oddone, figuras como o ministro da Economia, Paulo Guedes; o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco; **o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix.**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Aneel defende articulação para reduzir custos de energia**

Diante de uma iniciativa no Congresso para revogar um decreto do ex-presidente Michel Temer que reduz gradualmente os subsídios na tarifa, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) defende uma articulação entre setor elétrico, União, governos estaduais e Congresso em prol da redução da tarifa de energia. "Essas três frentes precisam de uma grande interlocução para que possamos ter medidas eficazes para desonerar a tarifa", disse ao **Valor** André Pepitone, diretor-geral da agência.

O decreto 9.642, publicado em 27 de dezembro de 2018, estabeleceu a redução gradual dos subsídios pagos por todos por meio do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Segundo estimativas da Aneel, o fim desses subsídios - que não estão relacionados ao setor elétrico, e sim a consumidores rurais, irrigantes, e setores de água, esgoto e saneamento - resultaria numa economia de 2,5% na tarifa média ao fim dos cinco anos.

As lideranças da bancada ruralista do Congresso, contudo, questionam o decreto, com apoio da ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM-MS), e o governo indicou disposição em acatar o pleito e revogar o decreto.

"O que a Aneel pondera é que a permanência de subsídios na conta de luz tende a pressionar a tarifa para cima, num momento delicado, e temos que sensibilizar diversos setores da economia e da sociedade a tomarem ações concretas para impedir isso", disse Pepitone. Ele lembrou que os subsídios hoje custeados pela tarifa, incluindo os afetados pelo decreto, somam R\$ 20 bilhões, uma parcela grande do custo de energia. O custo de geração envolve outros 40%. O ICMS custa outros 20% da tarifa.

A agência considera que existem muitos subsídios na tarifa de energia não relacionados ao setor elétrico, concedidos a outras atividades econômicas.

"Defendemos que os subsídios saiam da conta de luz e sejam alocados em seus devidos lugares", disse Pepitone.

Estudo do Instituto Acende Brasil em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC), com base nos resultados das empresas do setor elétrico, mostra que em 2017, 47,71% da conta de luz representava encargos e tributos, sendo R\$ 19

bilhões em subsídios, R\$ 27,6 bilhões em tributos federais e R\$ 37,2 bilhões em estaduais.

Pepitone defende o diálogo também com autoridades dos governos estaduais e federal a fim de tentar encontrar uma solução para a tributação excessiva, além do combate aos subsídios.

Para 2019, a Aneel aprovou o orçamento de R\$ 20,2 bilhões para a CDE, sendo R\$ 17,2 bilhões custeados pela tarifa. Quando o decreto reduzindo subsídios foi publicado, em dezembro, Pepitone chegou a falar que a agência poderia revisar o montante autorizado já no início do ano. Segundo ele, isso ainda não foi feito pois há outras questões sendo analisadas pela agência que podem afetar a CDE deste ano. A Aneel deve concluir em breve a fiscalização dos recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC, que faz parte da CDE) repassados às distribuidoras que eram da Eletrobras e foram privatizadas.

Outra questão que pode afetar a CDE é o acionamento de termelétricas a combustível fóssil em Roraima para abastecer o Estado, diante dos problemas enfrentados na Venezuela. Roraima é o único Estado que não está interligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Ele depende de um linhaço que leva energia da Venezuela à região e de termelétricas caras, cujo custo é subsidiado pela CCC.

Desde o fim do ano passado, foi iniciada uma operação especial para abastecimento de Roraima, com importação de 30 megawatts (MW) da Venezuela durante o dia e 120 MW à noite. A decisão foi tomada para melhorar a qualidade do serviço de distribuição de energia, que era muito afetado pelas interrupções causadas pelos problemas no linhaço venezuelano.

"Com essa operação, nós já passamos a ter um custo adicional de R\$ 730 milhões com a CCC para Roraima. Se o Estado passar a operar integralmente térmicas, o custo deverá aumentar, para fazer frente às compras de combustível", disse Pepitone.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle | De Brasília

Título: 'Foco do BNDES será em infraestrutura'

O presidente do BNDES, Joaquim Levy, já definiu a nova estratégia do banco para este e para os próximos anos. "Haverá um natural foco na infraestrutura,

em que o crédito de mais longo prazo é fundamental para a viabilização de projetos com tarifas sustentáveis. E haverá menos presença no financiamento corporativo tradicional", afirmou ele em entrevista ao **Valor**. "Também vamos focar no apoio à inovação e digitalização das nossas empresas, de todos os tamanhos", completou.

Levy disse que ainda não tem o exato tamanho dos desembolsos do BNDES para este ano. Estes têm minguado de forma acelerada: eram de 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 e caíram para 1% do PIB no ano passado.

Também está por definir o quanto de recursos o banco poderá devolver ao Tesouro Nacional. Provavelmente não serão os R\$ 25 bilhões acertados pelo seu antecessor. Levy, porém, não quis arriscar se poderá chegar a R\$ 100 bilhões. "A devolução será função da nossa estratégia para o BNDES", disse ele. Ou seja, não será com o objetivo único de reduzir a dívida interna bruta.

A seguir a íntegra da entrevista com o dirigente:

Valor: *Qual o papel do BNDES nesse governo?*

Joaquim Levy: O papel do BNDES reflete o entendimento de que o protagonismo dos gastos públicos tem tido um efeito, talvez não intencional, mas negativo na capacidade de crescimento do país.

Valor: *Por quê?*

Levy: Sabe-se, há muito tempo, que a antiga TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo] era um mecanismo de acomodação das elites, para fugir do esforço da política monetária necessário para fazer frente às pressões fiscais. Esse cenário mudou de forma permanente, especialmente com a introdução da TLP [Taxa de Longo Prazo], que acompanha mais de perto o custo de captação de longo prazo do Tesouro Nacional.

Valor: *Como o controle do gasto público afeta o BNDES?*

Levy: Apesar da pressão dos gastos obrigatórios ainda ser além do que o país suporta, os gastos discricionários vêm sendo contidos depois do ajuste de 2015. Isso permitiu uma política monetária mais branda. Deve-se reconhecer a habilidade do presidente Ilan [Goldfajn, do Banco Central] em aproveitar a flexibilização dos preços e o hiato do produto para baixar as taxas de juros nominais reais nos últimos anos. O esforço fiscal tem que se ampliar, abrindo espaço para a iniciativa privada e o mercado de capitais. É o papel da reforma

da Previdência e da desestatização, notadamente a nível subnacional, diante dos impasses dos Estados.

Valor: *Como assim?*

Levy: Com a dívida pública fazendo menos pressão, há um ajuste de carteira, e os investidores estão procurando novas oportunidades, como se vê no rápido crescimento da emissão de debêntures e na subida da bolsa. A atuação do BNDES refletirá essa transformação, que é essencial para os juros continuarem baixos.

Valor: *Isso, concretamente, significa mudança de foco do banco?*

Levy: Haverá um natural foco na infraestrutura, em que o crédito de mais longo prazo é fundamental para a viabilização de projetos com tarifas sustentáveis. E haverá menos presença no financiamento corporativo tradicional. Também vamos focar no apoio à inovação e digitalização das nossas empresas, de todos os tamanhos.

Valor: *Neste momento de estagnação da economia o banco pode ter uma função mais conjuntural, expansionista?*

Levy: Não é segredo que o conjuntural no Brasil está sujeito ao estrutural. Estamos passando por mudanças importantes da nossa economia. De certo modo, é o fim de um ciclo.

Valor: *E qual é o novo ciclo?*

Levy: O desarranjo que foi criado no começo da década praticamente inviabilizou o ajuste fiscal gradual, que havia sido tentado desde o começo dos anos 2000. O atropelo à Lei de Responsabilidade Fiscal, a exorbitância do crédito público, com o apoio tácito de muitos setores beneficiados, deixaram um desequilíbrio muito forte, que requer respostas mais intensas. As pessoas devem se perguntar por que nos últimos dez, 15 anos quase todo empresário que pôde vendeu seu negócio. Há alguns elementos de cunho global, mas muito disso reflete condições locais.

Valor: *Pergunto: Por quê?*

Levy: O mais racional para muitos empresários, diante dos desafios tributários, da burocracia e mesmo da corrupção destrutiva à concorrência limpa, era aproveitar o interesse do investidor estrangeiro com custo de financiamento secularmente baixo e passar adiante o negócio. As novas gerações herdaram

"family offices" para gestão financeira das fortunas construídas em décadas e monetizadas devido à direção em que a economia foi com o aumento do gasto público.

"Estamos passando por mudanças importantes da nossa economia. De certo modo, é o fim de um ciclo"

Valor: *Esse processo, que está na raiz da recessão a partir de 2014, induziu o país a esse novo ciclo?*

Levy: Foi esse processo que levou à necessidade de se ser muito mais audacioso com a política econômica e trouxe para a linha de frente a questão do tamanho e do custo do Estado, à urgência de desestatização e uma reforma que mude a perspectiva de empreender no país. É a visão que o ministro Paulo Guedes tem articulado de forma muito eficaz e que as pessoas têm entendido com cada vez mais clareza. Basear a nossa atuação nessa análise é importante, porque a queda do investimento, primeiro o privado nos idos de 2012 e 2013 e depois o investimento público a partir de 2014, foi o que precipitou a retração da economia. Além disso, a inviabilidade de muitas decisões de investimentos com apoio público, cujas consequências ainda estamos digerindo no BNDES, demonstra que empurrar projetos quando o ambiente não gera a confiança nos negócios tem um custo alto.

Valor: *O BNDES, depois de saneado, vai atuar nos novos investimentos em infraestrutura?*

Levy: O BNDES está pronto para, junto com o mercado, dar sustentação ao novo ciclo de investimento que virá com a reforma da Previdência e a votação de várias leis de reforma setorial, como nos caso de gás, eletricidade, saneamento. Facilitar a venda do gás natural, vencendo obstáculos decorrentes do desalinhamento de incentivo das distribuidoras - muitas ainda associadas à Petrobras -, vai impulsionar a indústria, tanto na parte de mobilidade quanto em outros usos nobres desse recurso. Na eletricidade, temos que vencer algumas complexidades e armadilhas da gestão do risco hidrelétrico e evitar a proliferação desordenada de fontes caras, inclusive térmicas.

Valor: *Como prescindir das térmicas?*

Levy: Para isso, é preciso recalibrar o quanto as hidrelétricas podem vender e inovar na combinação solar-eólica, refletindo melhor complementariedade e ajudando a gestão de risco. Assim, nos preparamos para o aumento de

demanda nos período à frente, mantendo nossa matriz energética limpa, inclusive no transporte.

Valor: *O que é preciso para destravar os investimentos em saneamento?*

Levy: No saneamento, a uniformização da regulação vai permitir a participação do setor privado - trazendo novas tecnologias - mediante o aumento de escala dos projetos. Ou seja, enfrentar as ineficiências é muito mais eficaz do que programas pontuais em um ambiente em que a taxa de juros é historicamente baixa, mas as perspectivas para o investidor ainda são, em muitos casos, apenas oportunísticas, porque alguns desses problemas fundamentais continuam se arrastando. Os investidores têm recursos; estão esperando a ocasião

Valor: *O que vai distinguir o BNDES dos demais bancos, diante do fim da política de crédito fortemente subsidiado?*

Levy: O principal diferencial do BNDES será sua capacidade de planejar e estruturar projetos complexos. Esse déficit, especialmente na infraestrutura, não é único no Brasil, e dispor do BNDES é um diferencial em relação a muitos países. Isso é o que o Canada está fazendo com o banco de desenvolvimento que eles criaram recentemente. É também o desafio do Banco Mundial e mesmo do Banco de Investimento de Infraestrutura da Ásia.

Valor: *A falta de bons projetos já se tornou um problema crônico no Brasil.*

Levy: É, mas o Brasil começou a atacar o déficit do planejamento e harmonização da implementação na infraestrutura com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), uma iniciativa construída a partir da proposta do PPP+ (Parcerias Público Privadas) feita em 2015 e adotada com aprimoramentos a seguir.

Valor: *Qual a participação do BNDES no PPI?*

Levy: O banco tem sido parceiro desse trabalho. Inclusive estamos cedendo vários dos nossos melhores quadros para fortalecer o PPI, que tem um papel essencial em garantir a coordenação entre ministérios e agências. Essa coordenação é o segredo do sucesso na implementação de projetos de infraestrutura.

Valor: *O sr. pode citar um exemplo de sucesso nessa parceria?*

Levy: Sim. A experiência exitosa da privatização das distribuidoras de eletricidade federalizadas demonstra como o BNDES tem um papel crucial na

preparação dos estudos, na discussão com órgãos reguladores de soluções equilibradas e que maximizem o valor dos ativos e resultados econômicos e sociais. Também temos a contribuir na transparência desses projetos, essencial para conquistar o apoio dos órgãos controladores.

Valor: *O BNDES será responsável também pela elaboração dos projetos de infraestrutura?*

Levy: A aposta do BNDES é ampliar esse trabalho, começando com o apoio à desestatização a nível federal e estadual, assim como na modelagem da infraestrutura, notadamente na logística. Aí temos colaborado com o novo Ministério da Infraestrutura, preparando estudos e mesmo cedendo quadros para a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), aquela empresa criada no começo da década para guiar o setor ferroviário. Idealmente, o poder concedente nos confia a preparação do projeto e a estruturação do seu financiamento, podendo haver também nosso financiamento em parceria com o setor privado.

Valor: *E nas privatizações?*

Levy: No caso das desestatizações, também estruturamos sua venda, como previsto pela lei que estabeleceu o Plano Nacional de Desestatização lá atrás. Esse foco em estudos e bons projetos é a receita nos países em que a infraestrutura avança, particularmente com interesse do setor privado, e evita a duplicação de esforços, inclusive na máquina federal. A atuação do BNDES não exclui a participação de bancos de investimento privados no financiamento da infraestrutura, especialmente na articulação de investidores. Mas, para projetos complexos, poucos bancos dispõem de equipes como as que dispomos no BNDES. Então, valorizar a propriedade intelectual e a criação de valor a várias mãos com o poder concedente e o mercado é onde podemos nos diferenciar.

"As pessoas devem se perguntar por que nos últimos 15 anos quase todo empresário que pôde vendeu seu negócio"

Valor: *E quanto ao financiamento?*

Levy: O BNDES também pode trazer valor pelo prazo do seu financiamento, muito relevante na infraestrutura, e na assunção de alguns riscos específicos, à medida que tivermos modelos de risco adequados e uma base de capital robusta. Qualidade, mais que tamanho do desembolso, tem que ser a chave.

Valor: *Qual será a participação do banco no financiamento dos demais projetos que não de infraestrutura?*

Levy: Como falei, o BNDES também deve participar da digitalização da nossa economia. Temos que aproveitar a possibilidade de maior confiança das empresas para darmos instrumentos para elas usarem novas tecnologias, enfrentando o problema da baixa produtividade. E cada vez mais temos que reconhecer os riscos climáticos e a importância da sustentabilidade, nos mais variados setores econômicos, da geração elétrica à agricultura. Há enormes possibilidades de negócios de alto valor agregado em lidarmos com o futuro.

Valor: *Algum exemplo?*

Levy: Temos sido uma das mais importantes alavancas no aumento de produtividade da agricultura, pelo financiamento de equipamentos e soluções, e queremos que ela continue vigorosa nos próximos 30 anos, o que nos faz estar atentos a muito mais do que os riscos de desmatamento no Brasil e especialmente às oportunidades, inclusive no campo dos biocombustíveis.

Valor: *Novas tecnologias também podem reduzir custos no setor público, não?*

Levy: É verdade. A digitalização também vale para o setor público e é um importante caminho para reduzir o custo da provisão de serviços. Sem essa transformação a crise fiscal será permanente, porque a produtividade do funcionário público, medido pelo que entrega em relação ao seu custo, será cada vez menor. O país clama por um setor público com mais qualidade na saúde, na educação e na segurança. Com governança, novas tecnologias podem fazer a diferença com investimentos de tamanho financiável. Nossa estratégia na digitalização tem sido se aproximar de aceleradoras e outros participantes dos ecossistemas de inovação de forma que possamos agregar sem deslocar os que já estão contribuindo para esse novo cenário. Tem que ser feito com estratégia e tato.

Valor: *A Petrobras é, de longe, a maior cliente do banco com empréstimos de mais de R\$ 60 bilhões. Ela também é a maior devedora do BB e da Caixa, a quem pré-pagou metade dos empréstimos no mês passado. O BNDES negocia com a estatal a antecipação do pagamento?*

Levy: A Petrobras está fortalecida e creio que, assim que a questão da cessão onerosa for resolvida, vamos ver desenvolvimentos muito interessantes na

empresa e em todo o setor de óleo e gás. A venda dos gasodutos já é um prenúncio disso.

Valor: *O sr. mencionou no início da entrevista que pretende reduzir a exposição do banco nas corporações tradicionais. A Petrobras é um desses casos?*

Levy: A redução da nossa exposição à empresa já está ocorrendo de várias maneiras e é mais do que saudável, já que ela terá cada vez mais acesso ao mercado e deve se tornar mais focada no seus negócios principais.

Valor: *Se negociar com ela um pré-pagamento, esse dinheiro vai para o Tesouro ou para o "funding" do banco?*

Levy: A otimização financeira do BNDES é um desafio fantástico e com impacto em muitas áreas da economia.

Valor: *Mas o BNDES vai antecipar a devolução de R\$ 25 bilhões, como indicou seu antecessor ou de uns R\$ 100 bilhões como se especula?*

Levy: Ainda é cedo para dizer qual vai ser o volume de desembolso neste ano ou mesmo a devolução efetiva de recursos para o Tesouro. Temos um fluxo de projetos interessante e estamos dimensionando a necessidade de recursos de terceiros para agora e para o futuro, dentro de uma estratégia de criação de valor. A devolução de recursos do Tesouro, iniciada em 2015 [ano em que Levy era ministro da Fazenda] quando se acabou com o PSI, deve continuar, independentemente de ajudar a diminuir a dívida bruta da União, porque ela é consistente com as novas realidades do mercado.

Valor: *Essa nova realidade requer menos recursos para se empreender. É isso?*

Levy: Um aspecto importante dessa realidade e da nova economia é que a demanda mundial por capital caiu, devido ao próprio progresso técnico. Os setores que dão mais lucro e mais crescem requerem pouco capital, por isso há tanto dinheiro de fundos de pensão e outros investidores institucionais procurando oportunidades de investimentos. Essa mudança estrutural obviamente tem implicações para o tamanho sustentável do BNDES e é modulada pela capacidade do banco de atrair parceiros. A infraestrutura pode se beneficiar disso, mas nem sempre ela corresponde à capacidade de tomada de risco dos investidores institucionais, e é aí que o BNDES tem que usar a imaginação e seu balanço para abrir oportunidades, sem prejuízo da sua integridade financeira.

Valor: *Muito se fala que, aprovada a reforma da Previdência, haveria um maior fluxo de capitais para financiar nossa expansão de infraestrutura. Com o desaquecimento das economias avançadas e o risco de recessão nos EUA, essa expectativa não pode se frustrar?*

Levy: Se o Brasil estiver em ordem, a desaceleração das economias avançadas tornará o país ainda mais atraente para o investidor estrangeiro. O grande termômetro será ver quão atraente ele será também para o investidor doméstico, cuja exposição ao risco-país é muito maior que a do estrangeiro e para quem a diversificação internacional deve ser um complemento salutar, e não uma saída desesperançada. Esse é o caminho para criarmos emprego e aproveitarmos de maneira sustentável nossos recursos, principalmente humanos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Futuro da Eletrobras

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que o governo ainda não concluiu a revisão do modelo de capitalização da Eletrobras que, na gestão anterior, envolvia a privatização da companhia por meio da perda do controle societário detido atualmente pela União. Após evento realizado na sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o ministro foi questionado se a capitalização poderia ficar somente para o próximo ano. "Vai ficar para quando tiver todas as condições, quando tivermos o modelo de capitalização da empresa. Pode ser neste ano, por exemplo", respondeu.

Leilão de ativos da Inepar

O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou, no "Diário da Justiça Eletrônico", o edital do leilão de Unidade Produtiva Isolada (UPI) com ativos da Inepar. Entre os ativos a serem leiloados está a unidade de Iesa, em Araraquara (SP) - controlada que atua na geração de energia, movimentação de matérias e transporte metroferroviário - e acervos das unidades de Macaé e Charqueadas. A venda dos ativos faz parte do plano de recuperação judicial do grupo Inepar, que foi aprovado em assembleia geral de credores em abril de 2015 e homologado em maio de 2015. As ações da Inepar se destacaram entre as

maiores altas da B3 ontem. A ordinária (ON) teve valorização de 10,83%, a R\$ 13,10, enquanto a preferencial (PN) subiu 6,56%, a R\$ 12,00.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: Profissionais do setor privado vão compor conselho da Cemig

Depois de ganhar um presidente do setor privado - Cledorvino Belini, que comandou a Fiat de 2004 a 2015 -, a estatal mineira Cemig deve passar a contar também com um experiente executivo do setor privado à frente do seu conselho de administração. O governo de Minas Gerais, na qualidade de acionista controlador da companhia, indicou na sexta-feira cinco nomes para seu conselho, com destaque para Márcio Utsch, que foi presidente da Alpargatas por 15 anos, e deixou a companhia no fim do ano passado. Aos 60 anos, Utsch foi um dos indicados ao conselho, e é o favorito para presidir o colegiado.

Assim como Belini, Utsch tem um currículo de sucesso à frente de uma grande companhia privada, sendo um nome bem visto pelo mercado diante dos desafios impostos pela Cemig.

Além de Utsch, também foram indicados ao conselho da companhia Antonio Junqueira, sócio da Vinland Capital e responsável pela análise de ações; Cláudio Araujo Pinho, advogado atuante no setor de energia; e José Reinaldo Magalhães, funcionário de carreira do Banco do Brasil e sócio da BR Investimentos - gestora fundada por Paulo Guedes que depois se transformou na Bozano.

O quinto nome indicado ao conselho - e que causou reação do mercado - foi o de Romeu Rufino, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Nos 12 anos que esteve na diretoria da agência, foi diretor-geral de 2013 a 2018. Rufino deixou a Aneel, na qual atuou por 21 anos, como funcionário de carreira desde sua criação, em agosto, quando terminou seu mandato.

Rufino é comumente relacionado ao governo da ex-presidente Dilma Rousseff, ao PT e à medida provisória (MP) 579, de 2012, considerada origem de vários desequilíbrios no setor elétrico.

Ao **Valor**, o presidente do Partido Novo em Minas Gerais, Bernardo Santana, defendeu a indicação. O Novo é a legenda do atual governador mineiro, Romeu Zema, que assumiu em janeiro. "A avaliação dos nomes indicados para o

conselho foi feito com base na qualificação técnica das pessoas e também foi levado em conta se elas têm um alinhamento com o que o governo de Minas quer", afirmou Santana ao **Valor**.

Lista de indicados pelo governo de Romeu Zema inclui ainda Romeu Rufino, ex-diretor da Aneel e associado ao PT

"Se eu estivesse na presidência da Cemig, gostaria de me aconselhar com alguém que conhece de regulação como ele [Rufino], afinal estamos trabalhando para uma privatização da Cemig. E ele deve ser uma das pessoas que mais conhece de regulação", afirmou Santana, que desde a campanha eleitoral do ano passado acompanha de perto as discussões sobre Cemig.

A escolha dos indicados para o conselho da Cemig foi feita por um grupo de pessoas da qual fazem parte Belini e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Manoel Victor de Mendonça Filho, disse Santana.

Santana reiterou que a escolha dos nomes passa por uma avaliação técnica. "A gente pode não agradar todo mundo nessas escolhas, mas o que estamos querendo é um conselho que não seja político", afirmou o dirigente do Novo.

Os nomes serão apreciados em uma assembleia geral extraordinária (AGE) convocada para 25 de março, e devem substituir os diretores indicados pelo controlador anterior Adézio Lima, Marco Antonio Castello Branco, Bernardo Alvarenga (que era presidente da companhia até o início do mês), Marco Aurélio Crocco e Luiz Guilherme Piva.

A proposta da companhia também prevê alterações no estatuto, com a redução do número de diretorias, de onze para dez, com a eliminação da vice-presidência. O conselho continuará com nove posições, mas não haverá mais suplentes nem vice-presidente do conselho.

A AGE vai se debruçar ainda sobre uma proposta que prevê a incorporação da Rio Minas Energia Participações (RME) e da Luce Empreendimentos e Participações (Lepsa), veículos na qual a Cemig detém participação indireta na Light. Até o ano passado, esses veículos eram compartilhados com bancos, mas estes exerceram uma opção de venda contra a Cemig e ela passou a ser a única sócia das empresas.

A incorporação deve ajudar a tornar mais fácil, do ponto de vista societário, a venda do controle da Light para um novo sócio privado, plano que a Cemig busca executar ainda neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/02/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Barrick e Newmont

A mineradora Barrick Gold propôs uma fusão com a Newmont Mining, uma operação que criaria uma gigante de mineração avaliada, a preços correntes de mercado, em cerca de US\$ 42 bilhões. Mas a administração da Newmont até agora rejeitou a iniciativa da Barrick, o que significa que haverá uma batalha entre as duas maiores empresas de ouro do mundo. Em um comunicado de imprensa, a Barrick disse que oferecerá 2,5694 de suas ações para cada ação da Newmont, avaliando a Newmont em US\$ 17,85 bilhões. A Barrick disse que o acordo levaria a mais de US\$ 7 bilhões em sinergias antes dos impostos. A Newmont disse no domingo que se concentrará em concluir a aquisição da Goldcorp, de Vancouver, no Canadá, em um acordo de ações avaliado em US\$ 10 bilhões. Um porta-voz da Newmont não estava disponível, mas disse no domingo que a união com a Goldcorp "criará um portfólio inigualável de operações, projetos, reservas, oportunidades de exploração e talentos de classe mundial". Não é a primeira vez que a Barrick tenta fusão com a Newmont para unir as grandes operações de mineração de ouro em Nevada e criar um gigante do setor que deixaria muito para trás o concorrente mais próximo.

Minério de ferro cai

Os preços do minério de ferro e do aço seguem com tendência de queda na China, diante do pequeno volume de negociações nos portos locais e incertezas quanto ao impacto real que a redução de produção da Vale, após o desastre na mina de Brumadinho (MG), terá sobre a oferta global da commodity. De acordo com a "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou 2,1%, para US\$ 84,84 a tonelada. Com isso, a commodity passou a exibir perda de 0,59% em fevereiro e reduziu a 16,65% o ganho acumulado em 2019.

Moody's avalia CSN

O acordo da CSN com a Glencore, anunciado quarta-feira, é positivo para o perfil de crédito da companhia, segundo a agência de classificação de risco Moody's, em relatório assinado pelas analistas Carolina A. Chimenti e Marianna Waltz. Segundo a Moody's, a operação, que envolve pagamento antecipado de US\$ 500 milhões pelo fornecimento de minério de ferro, fortalece a posição de

caixa e reduz o risco de liquidez da companhia, sendo que os recursos podem ser usados para reduzir dívida.

Japoneses em energia

A japonesa Shizen Energy, startup de energias renováveis, vai estreitar no Brasil por meio da construção de uma usina solar fotovoltaica de 1,1 megawatt (MW) na modalidade de geração distribuída instalado no Distrito Federal, em uma parceria com a empresa de engenharia Espaço Y. Além desse projeto, a Shizen está desenvolvendo, também com a Espaço Y, um projeto piloto de geração centralizada de mais de 20 MW da fonte solar, com operação comercial prevista para ter início no fim do primeiro semestre deste ano.

Megawatt mais caro

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) elevou o preço da liquidação das diferenças (PLD, preço referência do mercado à vista de energia) médio projetado para 2019 de R\$ 260 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 293/MWh no submercado Sudeste/Centro-Oeste, devido à falta de chuvas no início do ano, no qual historicamente as afluições são maiores e ajudam na recomposição dos reservatórios das hidrelétricas. Com a hidrologia ruim, os reservatórios do Sudeste na verdade tiveram perda de 2 pontos percentuais, para 28,4% em fevereiro, até a data de ontem. O déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês) projetado para 2019 é de 17,9%, com custo total de R\$ 24 bilhões, sendo R\$ 17 bilhões no mercado regulado e R\$ 7 bilhões no mercado livre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Brasil é destaque no plano de crescimento da Aker

A fabricante norueguesa de equipamentos submarinos, engenharia e manutenção Aker Solutions enxerga espaço para aumentar a participação do Brasil no volume total de negócios do grupo. O país, que recebeu investimentos de R\$ 1 bilhão nos últimos anos, responde por cerca de 10% do faturamento mundial da companhia, que totalizou 25 bilhões de coroas norueguesas (o equivalente a quase R\$ 11 bilhões) em 2018.

"Tem espaço para crescer muito mais [a participação do Brasil no faturamento do grupo]. O Brasil é um dos focos principais de crescimento [da empresa]",

afirmou o presidente mundial da Aker Solutions, Luis Araujo, ao **Valor**, considerando a capacidade produtiva das instalações da empresa no país. Com um total de aproximadamente 4 mil funcionários, o Brasil é o terceiro país do grupo em número de empregados, atrás apenas da Noruega e do Reino Unido.

"A Aker investiu no Brasil em uma fábrica nova, comprou uma empresa no Brasil, a CSE. Acreditamos no Brasil. Estamos no país há quatro décadas", afirmou ele, lembrando que a empresa investiu na fase de crise do mercado, o que reforça o compromisso de longo prazo com o país.

No cargo desde agosto de 2014, o carioca é o primeiro não norueguês a presidir a companhia. Segundo ele, a Aker enxerga três grandes áreas de atuação no Brasil. A primeira é a demanda natural de petroleiras por equipamentos submarinos. Na opinião do executivo, esse movimento deve se intensificar nos próximos dois anos, quando deverão começar de fato os investimentos nos blocos licitados nos últimos dois anos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A segunda área é a de manutenção de plataformas em campos maduros. Esse é o segmento de atuação da CSE Mecânica e Instrumentação, empresa da qual a Aker adquiriu a totalidade das ações no fim do ano passado. Em 2018, a CSE arrematou contratos para a manutenção de 12 plataformas da Petrobras na Bacia de Campos. Além disso, a empresa assinou recentemente dois contratos de manutenção de tanques de armazenamento para a petroleira.

A terceira grande área de atuação é a de exportação de equipamentos produzidos nas unidades do grupo no Brasil, entre elas uma unidade inaugurada em 2016 em São José dos Pinhais (PR), considerada uma das mais modernas fábricas de equipamentos submarinos do mundo.

Em março, serão entregues os primeiros, de um total de 47, sistemas de controle encomendados pela também norueguesa Equinor para três projetos de produção no Mar do Norte.

A exportação dos equipamentos é um diferencial para a Aker. Pela regulação do setor petrolífero, com o contrato com a Aker, a Equinor ganha créditos de conteúdo local que podem ser utilizados no cálculo da meta de nacionalização de bens e produtos nos projetos da petroleira no Brasil.

Araujo aposta também em uma quarta área, ainda pequena, mas promissora, dedicada a projetos de geração de energia eólica offshore (marítimos). Nesse

setor, a Aker está investindo para fornecer cabos elétricos dinâmicos. Segundo o executivo, o segmento ainda é pequeno no Brasil. "Mas estamos plantando a semente".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Ed Crooks e Eric Platt | Financial Times, de Nova York

Título: GE vende por US\$ 21 bilhões unidade de ciências da vida

A General Electric (GE) deu um passo importante em sua estratégia de redução do endividamento, firmando um acordo em dinheiro de US\$ 21 bilhões para a venda da maior parte de sua operação de ciências da vida para a Danaher, um preço que superou as estimativas anteriores.

Larry Culp, o ex-presidente-executivo da Danaher que assumiu o comando da GE em outubro, disse que mais ativos serão vendidos, mas que agora a companhia estará numa posição mais forte para negociar.

"A dinâmica muda um pouco", disse o executivo ao "Financial Times". "Antes, parecia que estávamos um pouco desesperados. Mas hoje estamos numa posição muito melhor", completou.

Cup também disse que a planejada oferta pública inicial de ações (IPO) das operações de cuidados com a saúde da GE, que era esperada para o segundo semestre deste ano, poderá não acontecer, uma vez que o grupo está explorando outras opções para levantar recursos.

"Não temos nenhuma urgência hoje, mas temos um pouco mais de flexibilidade", afirmou o executivo. "E a dinâmica muda a favor dos acionistas da GE."

As ações da GE subiram depois que o negócio foi anunciado, avançando 13% para US\$ 11,54 pouco depois da abertura do mercado em Nova York ontem. Os papéis fecharam em alta de 6,4%, a US\$ 10,82.

A GE está vendendo suas operações biofarmacêuticas, que fornece instrumentos para pesquisas médicas e o desenvolvimento de terapias avançadas. Essa unidade tem receita anual de cerca de US\$ 3 bilhões, cerca de dois terços das vendas totais das operações de ciências da vida, que a GE avaliou entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões.

O valor total do negócio é de US\$ 21,4 bilhões, com US\$ 21 bilhões em dinheiro. Esse preço, equivalente a sete vezes as receitas anuais, demonstra o grande

interesse existente nos negócios de tecnologia médica. Analistas sugeriram que toda a operação de ciências da vida poderia valer entre US\$ 20 bilhões e US\$ 25 bilhões.

No negócio anunciado ontem, a GE está mantendo sua outra unidade importante na área de ciências da vida, o de diagnósticos farmacêuticos, que ela vê como uma combinação melhor para seus equipamentos médicos, como os scanners.

No ano passado, a GE anunciou plano para se concentrar em apenas dois setores, aviação e indústria energética, e agora a companhia vem trabalhando na cisão de sua divisão de cuidados com a saúde, que inclui a área de ciências da vida.

No ano passado, a GE anunciou plano para se concentrar em apenas dois setores, aviação e indústria energética

Culp disse que a planejada abertura de capital das operações restante de cuidados com a saúde, que têm uma receita anual de cerca de US\$ 17 bilhões, não acontecerá este ano, e poderá nem mesmo ocorrer. "O caminho em que estávamos, para uma IPO no segundo semestre, não será mantido", afirmou ele. "Ela poderá acontecer? Certamente. É a única opção na mesa? Não."

Culp disse, no mês passado, que a companhia almeja levantar mais de US\$ 30 bilhões com a venda de participações na divisão de cuidados com a saúde; no grupo Baker Hughes, que prestar serviços a campos de exploração de petróleo; e na companhia de equipamentos de transporte Wabtec. Só o negócio na área de ciências da vida permitirá ao grupo americano cumprir com dois terços da meta estipulada.

Ele estabeleceu uma meta de redução do endividamento líquido da GE, excluindo suas operações de serviços financeiros e seu déficit de fundo de pensão, para 2,5 vezes seus lucros industriais antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O valor de mercado da companhia caiu mais de 50% nos últimos dois anos, com investidores e analistas se concentrando em sua alavancagem e os passivos decorrentes da atividade seguradora de operações das quais o grupo saiu na metade da década de 2000. Analistas da Moody's disseram, no fim da semana passada, que as vendas de ativos ajudarão a GE a enfrentar "a possível necessidade de aumentar mais as reservas estatutárias de seguro para políticas de cuidados de longa duração".

Culp disse que a GE está "progredindo" na resolução de seus problemas operacionais, entre os quais está o mergulho no prejuízo da divisão que fabrica

turbinas de gás e outros equipamentos para a indústria energética. Ele disse que a companhia fornecerá mais detalhes sobre as suas perspectivas para 2019 em uma conferência marcada para 14 de março.

A GE também divulgará nesta semana seu relatório anual. Além de encaminhar para a Securities and Exchange Commission (SEC) o relatório sobre seu desempenho financeiro, conhecido como 10-K. Ele mostrará, segundo Culp, melhorias na maneira como a companhia apresenta suas informações financeiras. "Ele [10-K] é melhor, mais simples e mais claro. Não é perfeito, mas esperamos que responda algumas das preocupações manifestadas pelos acionistas", disse.

A Danaher afirmou que vai financiar sua aquisição por meio de nova emissão de ações de US\$ 3 bilhões, além de recursos próprios, nova emissão de dívida e linhas de crédito. As duas empresas esperam concluir a transação no quarto trimestre.

Rene Lipsch, o principal analista da agência de classificação de crédito Moody's designado para a GE, disse que os recursos obtidos com a venda serão mais do que suficientes para cobrir um pagamento de dívida de US\$ 14 bilhões que vence nos próximos dois anos, e contribuir com US\$ 4 bilhões em capital para a GE Capital, sua operação de serviços financeiros.

Culp acrescentou que, ao mesmo tempo, a GE deverá manter acesso aos lucros e fluxos de caixa das operações restantes da área de cuidados com a saúde por um período mais longo, do que se tivesse prosseguido com a abertura de capital neste ano.

PJT, J.P. Morgan Chase, Citigroup e Goldman Sachs atuaram como consultores financeiros da GE, enquanto que o escritório de advocacia Paul Weiss forneceu consultoria jurídica. Barclays e Kirkland & Ellis trabalharam para a Danaher.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/02/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo

Título: Projeto no Paraguai incentiva biodiesel

A ECB Group, holding de investimentos do empresário brasileiro Erasmo Battistella, e o governo do Paraguai assinaram ontem um memorando de entendimento para a construção de um complexo de biodiesel que deve totalizar investimentos de US\$ 800 milhões.

Em entrevista ao **Valor**, Battistella afirmou que o fundo para os investimentos ainda está em construção. "Serão recursos próprios, do mercado e de possíveis sócios", disse ele, sem fornecer detalhes.

O complexo, batizado de Ômega Green, abrigará a primeira planta de combustíveis renováveis de segunda geração do Hemisfério Sul a partir de óleo de soja. A produção terá como principal destino a aviação civil e militar para os mercados dos EUA e Europa.

De acordo com o empresário, a escolha pelo Paraguai levou em consideração a rapidez de aprovação ambiental para novas construções, o custo da energia elétrica e a disponibilidade de soja. O complexo terá capacidade de produção diária de até 16,5 mil barris de biodiesel e querosene renovável, volume suficiente para atendimento de mais de um terço do consumo paraguaio de diesel, afirmou ele.

"O Paraguai produz hoje cerca de 10 milhões de toneladas de soja e destina a metade para o mercado externo", disse Battistella. O complexo precisará de 2 milhões de toneladas anuais de soja para processar. "Além disso, há a perspectiva de aumento da produção paraguaia da oleaginosa", acrescentou ele.

Nos próximos dez meses, o trabalho será a busca por investidores para financiar o projeto. Se tiver sucesso, a construção começará em 2020 e deverá durar dois anos, de acordo com o empresário. "Daqui dez meses lançaremos a pedra fundamental e, se tudo der certo, as operações começarão no início de 2022", afirmou o empresário.

A holding do empresário também tem produção de biodiesel no Brasil. A princípio, as operações nos dois países permanecerão independentes. "São combustíveis diferentes também. No Paraguai, produziremos o 'greendiesel'. É um combustível mais avançado que quase não emite gases de efeito estufa", explicou.

Outro ponto que deve ser considerado, ponderou Battistella, é que no Brasil a holding tem como sócia a Petrobras, que não tem interesse nos investimentos no país vizinho. No Brasil, a ECB produz 580 milhões de litros de biodiesel por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/02/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros negocia venda de um terço da carteira de FIPs

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, está em fase final de negociação para se desfazer de um terço de sua carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIP), avaliada em R\$ 1,3 bilhão. Considerado pioneiro entre as fundações, o movimento da Petros abre caminho para impulsionar o mercado secundário de cotas de fundos de private equity no Brasil, hoje ainda incipiente.

Entre os investimentos dos FIPs da Petros há um peso grande de empresas de óleo e gás, caso do fundo Angra - que seria alvo de interesse de gestores, segundo uma fonte. Há companhias de outros setores, como a Librelato, de empreendimentos rodoviários, e a fabricante de estruturas metálicas Medabil, que compõem o fundo CRP VII, por exemplo.

No total são 30 FIPs que em novembro de 2018 representavam R\$ 1,3 bilhão diante de um patrimônio de R\$ 86 bilhões. Ao longo dos últimos anos, foram feitas as baixas contábeis dos prejuízos nos balanços da fundação.

Durante muito tempo - depois de diversos problemas apresentados - uma potencial venda era impensável para os fundos de pensão. Até porque os FIPs foram e ainda são motivo de dor de cabeça. Além de desvalorização expressiva, há disputas judiciais complexas e alguns são alvos da Operação Greenfield, da Polícia Federal. A denúncia mais recente, em 6 de fevereiro, envolveu ex-dirigentes das três maiores fundações do país - Petros, Previ e Funcef - por envolvimento em operações irregulares no FIP Global Equity.

A venda do primeiro FIP foi autorizada pela diretoria executiva da Petros em julho de 2018 e o processo de liquidação está em fase final, informou a fundação em nota. O **Valor** apurou que a intenção do presidente da entidade, Daniel Lima, é se desfazer de toda a carteira. Em janeiro, o executivo disse em entrevista que o primeiro negócio serviria como um "piloto" para outros desinvestimentos no setor.

Por sua relevância no mercado, a estratégia servirá como um norte para outras fundações. O fundo de pensão da Petrobras já vem sendo procurado sobre o assunto. Em geral, o custo de monitoramento dos FIPs é alto para os fundos de pensão. Em alguns casos, mesmo quando há ganho, ele não é relevante sobre o patrimônio dos planos. Com a redução das participações, as entidades poderão otimizar o tempo das equipes e monitorar melhor seus investimentos.

Gestores ouvidos pelo **Valor** ponderam que não há somente casos de insucesso, mas ativos interessantes nas carteiras das fundações. Por conta disso, nem todos os negócios serão fechados necessariamente com deságio sobre os valores pagos no momento que assinaram os contratos de compra. "Pode haver desconto ou ágio. É feita uma análise sobre cada uma das empresas investidas e o retorno esperado. Negociamos o que faz sentido para os dois lados", diz o sócio da Spectra Investments, Ricardo Kanitz. A gestora, que administra R\$ 1 bilhão, comprou 45 cotas de FIPs no mercado secundário nos últimos cinco anos.

O interesse em negociar com as fundações não é novo, mas a complexidade e burocracia impediam que os processos avançassem nos últimos anos. No passado recente, uma baixa profissionalização dos conselhos deliberativos dificultava as vendas. Agora, segundo pessoas a par do assunto, as gestões estão profissionais e a expectativa é que os processos sejam conduzidos com transparência.

"Temos interesse e condição de participar de processos estruturados de forma transparente", diz o sócio da Hamilton Lane, Ricardo Fernandez. A gestora, que administra aproximadamente US\$ 450 bilhões globalmente, pode não só comprar as cotas das fundações, como também assessorá-las em eventuais transações. "O mercado é enorme, mas precisa ser destravado, o que deve acontecer com a sinalização de uma fundação do porte da Petros", completa.

Outra fundação que trilhou o mesmo caminho, a Infraprev, dos funcionários da Infraero, com cerca de R\$ 3 bilhões de patrimônio, já teve 12 FIPs em sua carteira, que chegaram a representar 17% dos investimentos da fundação. Hoje, essa fatia representa 4% - mesmo antes da venda, o peso dos fundos de participação já tinha diminuído porque algumas carteiras passaram pelo período de desinvestimento ou entregaram retorno, por exemplo.

Em outros casos, a direção da Infraprev entendeu que o risco dos investimentos não compensava e mapeou cinco fundos de sua carteira para possível venda. Foram considerados fatores como desvalorização expressiva, demandas judiciais ou situações em que não via prazo para o encerramento do fundo.

Depois de abrir conversas com o mercado e realizar duas rodadas de oferta ao mercado secundário, concluiu a primeira venda em 1º de fevereiro. Para balizar a operação, foi feita uma análise das empresas investidas pelos FIPs, incluindo os custos para a manutenção em carteira. "Trouxemos um conceito de 'stop

loss' para dentro dos FIPs", diz a diretora de administração e finanças da Infraprev, Juliana Koehler.

A executiva não deu detalhes da venda nem do comprador, limitando-se a informar apenas que era um fundo que atuava em áreas como energia e saneamento. "Acabamos fazendo um projeto piloto bem interessante para uma posição que não era muito grande", afirma. Agora, com a conclusão da negociação, que durou seis meses, o objetivo é vender outros FIPs ao longo de 2019. A intenção, segundo ela, não é zerar a participação, mas mitigar os riscos e reduzir os custos operacionais, dinamizando a carteira do fundo de pensão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: ANDAR DE CIMA

A investigação sobre o desastre de Brumadinho (MG) chegou à cúpula da Vale: um dos gerentes da empresa disse às autoridades que a diretoria executiva da companhia sabia que havia um decréscimo no nível de segurança da barragem. bem perto É a primeira vez que um depoimento aponta diretamente para diretores executivos da empresa.

Bem perto 2

O gerente diz que discutiu o assunto com superiores e que eles estavam cientes dos problemas da barragem.

Voz

Na semana passada, seis pessoas foram ouvidas pelo Ministério Público de Minas Gerais — entre elas, os gerentes Joaquim Pedro de Toledo e Alexandre Campanha, que estão presos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: ANP vai investigar vazamento de óleo em plataforma da Petrobras

A ANP agência reguladora do setor de petróleo, abrirá uma investigação sobre vazamento de óleo ocorrido no sábado (23) na plataforma da Petrobras P-58, a

terceira maior produtora do Brasil, causando derramamento de volume inicialmente estimado pela petroleira em 188 mil litros.

O incidente, a 80 quilômetros da costa do Espírito Santo, na bacia de Campos, ocorreu por causa de rompimento no mangote (nome dado ao tipo de mangueira, mais larga e reforçada, que é utilizada para transferir óleo da plataforma para navios). Esse rompimento ocorreu durante operação de transferência de petróleo para um navio aliviador.

Não houve vítimas, nem impacto para as operações, pontuou a companhia.

A Petrobras informou que, em sobrevoo realizado na tarde desta segunda-feira (25), verificou que não há mais óleo decorrente do vazamento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: A estreita via da saída pacífica

A ofensiva do fim de semana dos países que apoiam o líder Juan Guaidó de entregar alimentos e remédios fracassou nas duas fronteiras. Isso deixa à região unicamente a via diplomática como saída. Apesar de Guaidó ter dito que todas as opções têm que estar em cima da mesa — mesma frase do vice-presidente americano, Mike Pence — o pior que pode acontecer é a alternativa de uma escalada militar na região. Isso, felizmente, é o pensamento também da cúpula militar brasileira.

O problema é quem pode ser o mediador de alguma saída que levasse, por exemplo, a novas eleições com o controle internacional. A União Europeia e o Uruguai conservaram sua capacidade de diálogo, mas o Brasil já a perdeu há muito tempo. Apesar de ser o maior país da América do Sul, o Brasil, na época do governo petista, assumiu completamente o lado chavista e perdeu a confiança da oposição; agora, assumiu integralmente o lado de Guaidó e portanto não tem canais com os governistas.

As notas do Itamaraty do atual governo esqueceram qualquer estilo diplomático. Mais parecem panfletos. Felizmente, o serviço consular lá nas cidades próximas da fronteira tem funcionado.

O governo Maduro é condenável por inúmeros motivos e comete, há muito tempo, os maiores desatinos. Minou a democracia e demoliu a economia. Mas demonstrou ter o controle do território neste fim de semana. O governo perdeu o apoio popular que já teve no passado e se mantém no controle porque ao

longo dos últimos 20 anos o chavismo foi construindo camadas sucessivas do aparelho de segurança.

Além das Forças Armadas, da Polícia e da Guarda Nacional, o chavismo criou um exército paralelo através das milícias bolivarianas e dos coletivos. Muitos desses grupos paramilitares estão envolvidos em tráfico de drogas e outros crimes. Os brasileiros que estavam no Monte Roraima viram na cidade de Santa Elena de Uaiarén pessoas encapuzadas e com facão em seu caminho até o território brasileiro.

Eram provavelmente integrantes de uma dessas duas forças. O papel do vice-cônsul Ewerton Oliveira foi fundamental para garantir a vinda dos brasileiros.

O presidente Nicolás Maduro fez uma bravata quando disse que poderia comprar todo o suprimento que o Brasil queira vender. O comércio entre os dois países encolheu dramaticamente por incapacidade de pagamento por parte da Venezuela.

Em 2013, os dois países tiveram uma corrente de comércio de US\$ 6 bilhões. No ano passado, a soma das exportações e importações foi de apenas US\$ 740 milhões. Com a hiperinflação e a escassez de dólares, os venezuelanos perderam capacidade de comprar produtos do Brasil, ao mesmo tempo em que se isolaram economicamente na região. As exportações brasileiras para a Venezuela caíram de US\$ 5 bilhões para US\$ 570 milhões nesse período.

A produção de petróleo também está em queda livre. Isso é reflexo do sucateamento da PDVSA, a estatal que explora petróleo no país, e do afastamento de empresas estrangeiras, como a própria Petrobras. A Venezuela tem a maior reserva do mundo, 302 bilhões de barris comprovados, mais do que os 266 bilhões da Arábia Saudita. Em janeiro, produziu apenas 1,1 milhão de barris/dia, um terço do que já produziu, enquanto a Arábia Saudita produz 10 milhões de barris.

Ironicamente, os EUA são o principal destino do óleo venezuelano, e os venezuelanos são o terceiro país do qual os EUA mais importam, atrás apenas do Canadá e da Arábia Saudita. Trump tem ameaçado acabar com as importações, e de fato elas caíram 50% na primeira quinzena de fevereiro, sobre o mesmo período de 2018. A Venezuela é dependente dos dólares americanos, e apesar da crise os EUA continuam importando do país.

Existe caminho para continuar o cerco diplomático e o isolamento financeiro e comercial do governo de Maduro. O que não pode ser sequer pensado é a alternativa de uma ação militar americana. Ontem, o vice-presidente, Hamilton

Mourão, descartou a possibilidade de tropas estrangeiras em território brasileiro e lembrou que isso dependeria de autorização do Congresso Nacional.

Seria um óbvio risco para o Brasil ser um dos caminhos para esta ação militar contra o país vizinho. Há também o perigo de Maduro aumentar a coesão das Forças Armadas em torno do seu governo com o argumento do inimigo externo. Este é um momento de extrema delicadeza. E todo o bom senso é necessário.

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Gil Castello Branco

Título: O edital fora dos trilhos

O trem faz parte do cotidiano de várias cidades, como transporte urbano ou intermunicipal. Também é tema da música brasileira, tanto a popular quanto a erudita. Quem não se lembra do “Trem das Onze”, de Adoniran Barbosa, ou do “Trenzinho do caipira”, de Villa-Lobos? Lembrei-me das canções ao ler o edital de licitação da parte central da ferrovia Norte-Sul, de Estrela d’Oeste (SP) a Porto Nacional (TO), lançado no fim de 2018, cujo leilão está marcado para 28 de março.

Com este edital, poucas serão as empresas participantes do leilão. Esta ferrovia não tem acesso direto a nenhum porto. Para que os trens possam acessar o Porto de Itaqui, no Maranhão, eles terão de passar por um trecho já em operação administrado pela VLI (empresa da qual a Vale é sócia) e pela Estrada de Ferro Carajás, controlada pela própria Vale. Para acesso ao Porto de Santos, terão de percorrer trecho na Malha Paulista, controlada pela empresa Rumo, pertencente ao grupo Cosan.

Para que investidores ou operadores ferroviários, não ligados à Vale ou à Rumo, tenham interesse em participar do leilão, seria necessário oferecer garantias de que os trens da Norte-Sul poderiam trafegar por essas ferrovias. Ninguém em sã consciência irá gastar quase R\$ 3 bilhões em locomotivas e vagões e mais de um bilhão de reais em valor de outorga para ficar com seus trens confinados dentro da Norte-Sul, sem poder chegar aos portos.

A autorização de trafegar pela ferrovia explorada por outra empresa é o chamado “direito de passagem”. Seria essencial que o “direito de passagem” estivesse claramente definido no edital de forma a atrair o maior número

possível de interessados ao leilão. O governo Temer, porém, apenas prometeu no edital que celebrará contratos para um “direito de passagem” de apenas cinco anos, quando o contrato de concessão da ferrovia ora licitada terá 30 anos! Para os outros 25 anos, o governo promete encontrar uma solução quando celebrar novos contratos de prorrogação antecipada com essas concessionárias. Enfim, na parte mais relevante do edital, só existem promessas de soluções. O atual governo manteve a insegurança no ar e nos trilhos.

Assim, a Vale, VLI e Rumo poderão participar do leilão em situação vantajosa frente a hipotéticos concorrentes. Ademais, é ínfimo o valor da outorga pedida como lance mínimo. No leilão do Trecho Norte, em 2007, cobraram-se, em valores atualizados, R\$ 2,8 bilhões, com entrada de 50% e quatro anos para pagamento total, por 720 quilômetros de ferrovia. Neste edital, com concessão de 1.537 quilômetros, o governo está pedindo só R\$ 1,3 bilhão, com apenas 5% de entrada e 28 anos para pagar.

O edital também não obriga a empresa vencedora a transportar passageiros, o que seria desejável especialmente no sudeste goiano, que possui cidades com maior densidade populacional. É oportuno lembrar que a Vale já é obrigada a transportar passageiros no Maranhão e entre Belo Horizonte e Vitória, na estrada de ferro Vitória-Minas.

O atual ministro da Infraestrutura comentou com desdém sobre o transporte de passageiros: “... Não há demanda. Você já marcou uma festa com a sua família em Porto Nacional, no Tocantins?” É óbvio que a nova ferrovia irá contribuir para o desenvolvimento desses municípios, ao longo dos 30 anos da concessão. Assim, ao invés de reforçar a visão econômica das empresas — que só querem transportar carga —, o governo deveria impor-lhes o transporte de passageiros, o que não seria novidade.

O TCU, que temo dever de assegurar que a licitação seja competitiva, foi leniente com a pressa do governo em licitar uma ferrovia, que poderá assegurar à Vale, VLI e Rumo, juntas ou separadas no leilão, o domínio completo das ferrovias do Centro-Norte brasileiro.

Parodiando a poesia de Ferreira Gullar, que colocou letra no “Trenzinho do caipira”, de Villa-Lobos, “lá vai o trem sem menino, lá vai o trem sem destino, correndo vai pela terra, mas não irá pelo mar”. Ainda há tempo para o TCU e o Ministério Público revisarem o edital da Norte-Sul e recolocá-lo nos trilhos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/02/2019****Seção: Economia****Autor: MARTHA BECK E MANOEL VENTURA****Título: Governadores querem fatia do megaleilão de R\$ 100 bi**

Em troca de apoio à mudança nas aposentadorias, estados buscam também socorro aos entes em pior situação financeira

BRASÍLIA- Em troca do apoio à reforma da Previdência, os governadores querem assegurar uma fatia da arrecadação prevista de R\$ 100 bilhões com o megaleilão do pré-sal. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, havia acenado com a hipótese de repartir esse montante com os estados em reunião durante a transição. A expectativa dos governadores é que a equipe econômica encontre uma forma de os entes regionais ficarem com uma parte do dinheiro.

Com as finanças em frangalhos, os governadores tentam formar uma articulação no Congresso para garantir que, enquanto a reforma da Previdência tramita na Câmara dos Deputados, o Senado trabalhe numa pauta de interesse dos estados. Num primeiro momento, além da proposta que abre caminho para o megaleilão, essa pauta inclui um projeto de socorro aos entes em pior situação financeira.

Um dos governadores que estão à frente dessa negociação, Ronaldo Caiado (GO), disse ao GLOBO que o projeto de ajuda aos estados — que ainda está sendo fechado com o Ministério da Economia — tem condições de ser aprovado rapidamente pelos deputados e depois seguir para o Senado. Um texto de iniciativa do Executivo começa a tramitar no Legislativo pela Câmara. Mas, segundo Caiado, existe uma compreensão de todos os parlamentares de que esse tema precisa ser atacado rapidamente para resolver problemas como atrasos de salários de servidores.

— Além disso, o Senado não pode ficar apenas esperando que a Câmara vote a reformada Previdência. É preciso desenvolver uma pauta própria, e tratar dos estados é importante. Isso ataca o problema dos estados e ao mesmo tempo ajuda os governadores a se moverem para angariar apoio para a reforma da Previdência.

PAUTA DOS GOVERNADORES

A ideia do novo projeto é permitir que esses entes possam tomar financiamento com garantia da União em troca de medidas de ajuste fiscal. A ajuda, no entanto, não será irrestrita: os governadores primeiro terão que fazer o dever de casa. O ganho fiscal que obtiverem servirá como limite para a tomada de

novos empréstimos junto a bancos públicos e privados, além de organismos internacionais, como o Banco Mundial.

Segundo levantamento feito pelo Ministério da Economia, sete estados encerraram 2018 fora de algum limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Cinco deles, incluindo Minas Gerais, Mato Grosso e Paraíba, ficam acima do valor máximo estimulado para gastos com pessoal. Já Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul terminaram o ano com a dívida consolidada líquida acima do limite legal. De acordo com o Tesouro, os estados que descumprem o limite com despesa de pessoal ficam automaticamente impedidos de contratar operações de crédito e não podem receber transferências voluntárias da União até se enquadrarem novamente nos critérios.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu ontem à noite com o senador Fernando Bezerra Coelho, líder do governo no Senado, para tratar da pauta prioritária do Senado e sobre a pauta dos governadores: — O Ministério da Economia está desenhando uma pauta sobre estados para ser discutida no Senado — disse Bezerra ao final da reunião.

MME / ASCOM .